

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I Garantias Administrativas	11
1. Meios gratuitos e meios contenciosos	11
2. Reclamação e recurso	13
2.1. Aspectos comuns	13
2.2. Dedução	16
2.3. Natureza e fundamentos	17
2.4. Legitimidade	18
2.5. Prazos	19
2.6. Efeitos sobre os atos administrativos	19
2.7. Efeitos sobre os prazos	20
3. Reclamação	22
3.1. Prazo para a reclamação	22
3.2. Prazo para a decisão	22
4. Recurso hierárquico	23
4.1. Pedido formulado	23
4.2. Prazo para a decisão	24
4.3. Recurso hierárquico necessário	26
5. Omissões ilegítimas de atos administrativos	26
6. Recursos administrativos especiais	28
7. O mandatário	29

7.1. Constituição de mandatário	29
7.2. Consulta do processo e passagem de certidões	29
CAPÍTULO II Impugnações Administrativas nas Autarquias Locais	31
1. Município	31
1.1. Câmara Municipal	31
1.2. Presidente da câmara	33
2. Freguesia	33
2.1. Junta de Freguesia	33
2.2. Presidente da Junta	33
3. Impugnações administrativas	34
CAPÍTULO III O Processo Administrativo	39
1. Os tribunais administrativos	39
2. Formas de processo	44
3. Tramitação eletrónica dos processos de jurisdição administrativa e fiscal	47
CAPÍTULO IV Processo Comum	51
1. Fase dos articulados	51
1.1. Petição inicial	51
1.1.1. Requisitos	51
1.1.2. Legitimidade passiva	52
1.1.3. Contrainteressados	53
1.1.4. Instrução da petição	55
1.1.5. Custas	56
1.1.5.1. Isenção de custas	57
1.1.5.2. Dispensa do pagamento prévio da taxa de justiça	60
1.2. Citação	61
1.3. Contestação	62
1.3.1. Prazo	62
1.3.2. Conteúdo da contestação	64
1.4. Reconvenção	64
1.5. Trâmites subsequentes	64
1.5.1. Envio do processo administrativo	64

1.5.2. Intervenção do Ministério Público	65
1.6. Réplica e tréplica	65
1.7. Articulado superveniente	66
2. Saneamento e instrução do processo	67
2.1. Despacho pré-saneador	67
2.2. Audiência prévia	68
2.2.1. Tentativa de conciliação	68
2.2.2. Ouvir as partes	69
2.2.3. Despacho saneador	69
2.2.4. Objeto do litígio e enunciação dos temas da prova	69
2.3. Não realização da audiência prévia	71
2.4. Instrução	71
2.5. Audiência final	73
2.6. Honorários de advogado	74
CAPÍTULO V Impugnação dos Atos Administrativos	77
1. Conceito de ato administrativo	77
1.1. Definição atual	77
1.2. Definição tradicional	77
1.3. Evolução	79
1.4. Autoria	80
1.5. Decisões	80
1.6. Forma	81
2. Atos nulos	81
3. Atos anuláveis	85
4. Atos confirmativos	85
5. A impugnação do ato	86
5.1. Legitimidade ativa	86
5.1.1. Eleitores recenseados na circunscrição da sede da freguesia	87
5.1.2. Outras entidades	87
5.2. Não aceitação do ato	88
5.3. Eficácia do ato	89
5.4. Prazo	89
5.5. Notificação ou publicação deficientes	93

6. Fundamentos da impugnação	93
6.1. Usurpação de poder	94
6.2. Incompetência	95
6.3. Violação de lei	95
6.4. Vício de forma	96
6.5. Desvio de poder	97
7. Vicissitudes da instância	99
7.1. Apensação de impugnações	99
7.2. Ampliação da instância	99
7.3. Anulação administrativa, sanção e revogação do ato administrativo com efeitos retroativos	100
CAPÍTULO VI Condenação à Prática de Atos Administrativos	101
1. Princípio da decisão	101
1.1. Conteúdo	101
1.2. Prazo para decidir	102
1.3. Consequências do incumprimento do dever de decisão	102
2. Objeto e pressupostos da ação de condenação	103
2.1. Silêncio da administração	103
2.2. Recusa na própria apreciação do requerimento	104
2.3. Indeferimento do requerimento	104
2.4. Prática de um ato administrativo com conteúdo positivo parcialmente desfavorável	105
2.5. Prévia utilização da impugnação administrativa necessária	106
3. Prazos	106
3.1. Em caso de ausência de resposta da administração	106
3.2. Em caso de ato de indeferimento e outros casos	108
CAPÍTULO VII Impugnação de Normas e Condenação à Emissão de Normas	109
1. Conceito	109
2. Impugnação de normas	110
2.1. Legitimidade	110
2.2. Prazos	111
3. Condenação à emissão de normas	112

CAPÍTULO VIII Ações relativas à Validade e Execução de Contratos	113
1. Âmbito	113
2. Prazos	120
3. Invalidade do contrato	120
CAPÍTULO IX Processos Urgentes	123
1. Tramitação	123
2. Contencioso eleitoral	124
3. Contencioso dos procedimentos de massa	125
3.1. Conceito	125
3.2. Aplicação em Portugal CPTA de 2002	126
3.3. Lei vigente	127
3.3.1. Seleção de processos com andamento prioritário	127
3.3.2. Regime específico do art. 99º CPTA	128
4. Contencioso pré-contratual	129
4.1. Âmbito	129
4.2. Prazo	130
4.2.1. Meios facultativos de impugnação administrativa	130
4.2.2. Impugnação dos documentos conformadores do procedimento	131
4.3. Tramitação	132
4.4. Efeito suspensivo	132
4.5. Adoção de medidas provisórias	134
5. Das intimações	135
5.1. Intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões	137
5.2. Intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias	138
CAPÍTULO X Procedimentos Cautelares	141
1. Procedimentos no CPC e no CPTA	141
2. Características dos processos cautelares	144
2.1. Provisoriedade	144
2.2. Instrumentalidade	147
2.3. Prova indiciária do direito	148

2.4. Urgência	151
3. Tramitação	155
3.1. Critério da ponderação de interesses	157
3.2. Caducidade, revogação e alteração	162
4. Espécies de providências cautelares	163
Providências conservatórias	163
Providências antecipatórias	163
5. Suspensão da eficácia de ato administrativo ou de norma	164
5.1. Suspensão de eficácia de ato administrativo	164
5.1.1. Conjugação do art. 128º com o art. 131º	170
5.2. Suspensão da norma	170
5.3. Admissão provisória em concursos e exames	173
5.4. Regulação provisória de uma situação jurídica	174
5.5. Procedimentos de formação de contratos	176
6. Decisão da causa principal	177
CAPÍTULO XI Recursos	179
1. Espécies de recursos	179
2. Competência	179
3. Alçadas e valor da causa	181
4. Regime da substituição	182
5. Recurso de apelação	183
6. Recurso de revista	185
7. Recursos extraordinários	188
7.1. Recurso para uniformização de jurisprudência	188
7.2. Recurso de revisão	190
8. Interposição e tramitação do recurso	190
CAPÍTULO XII A Execução	193
1. Execução contra entidades públicas	193
1.1. Títulos executivos	193
1.1.1. Sentença	194
1.1.2. Atos administrativos inimpugnáveis	196
2. Fins da execução	196
2.1. Execução para pagamento de quantia certa	197

2.1.1. Execução espontânea e coerciva	197
2.2. Execução para prestação de factos ou de coisas	198
2.2.1. Execução espontânea	198
2.2.2. Causas legítimas de inexecução	200
2.2.3. Tramitação	201
2.2.4. Providências de execução	203
2.2.5. Sanção pecuniária compulsória	203
2.3. Execução de sentença de anulação de atos administrativos	204
CAPÍTULO XIII Arbitragem Administrativa	207
1. Expansão da arbitragem	207
2. Tramitação	209
ÍNDICE GERAL	211

